

## TC 007.637/2012-8

**Tipo:** Tomada de Contas Especial (recursos de reconsideração)

**Unidade jurisdicionada:** Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará, atual Secretaria de Estado, Trabalho e Renda do Estado do Pará.

**Recorrentes:** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/PA (CNPJ 05.402.797/0001-77), Suleima Fraiha Pegado (CPF 049.019.592-04) e Fundação de Apoio do desenvolvimento da Extensão Rural (CNPJ 04.454.196/0001-45).

**Advogados:** João Luis Brasil Batista Rolim de Castro OAB/PA 14.045 (procuração à peça 30), Luana Tainah Rodrigues de Mendonça, OAB/DF 28.949 (procuração às peças 7) e Emanuel Cláudio Tavares Araújo OAB/PA 17.343 (procuração à peça 98).

**Interessado em sustentação oral:** Suleima Fraiha Pegado (peça 68, p. 7).

**Sumário:** Tomada de Contas Especial. Convênio Planfor. Ausência de documentos comprobatórios da realização do objeto do ajuste. Contas irregulares. Débito. Multa. Recursos de reconsideração. Conhecimento. Prescrição da pretensão punitiva. Documentação colacionada não está relacionada ao ICTI 23/2001 e seu primeiro termo aditivo e, portanto, não comprova as ações de qualificação profissional. Provimento parcial. Ciência.

## INTRODUÇÃO

1. Trata-se de recursos de reconsideração interpostos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/PA (peças 77-80), Suleima Fraiha Pegado, Secretária Executiva de Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará/Seteps/PA (peça 68) e pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural - Fadex (peças 94-97 e 100) contra o Acórdão 4580/2014 – TCU – Primeira Câmara (peça 58).

1.1. Reproduz-se a seguir a decisão ora atacada:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), contra Suleima Fraiha Pegado, ex-Secretária Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará (Seteps/PA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA), Ítalo Cláudio Falesi, ex-presidente da Emater/PA, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural (Fadex) e Domingos Anchieta de Paula Lopes, diretor executivo da Fadex, em decorrência de irregularidades em convênio para execução de

ações de educação profissional no âmbito do plano nacional de qualificação do trabalhador (Planfor);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, 19 e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural (Fadex), conforme disposto no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/92;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Suleima Fraiha Pegado, Ítalo Cláudio Falesi, Domingos Anchieta de Paula Lopes e pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA);

9.3. julgar irregulares as contas de Suleima Fraiha Pegado, Ítalo Cláudio Falesi, Domingos Anchieta de Paula Lopes, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural (Fadex) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA), condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da quantia abaixo discriminada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data especificada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, desde a ciência, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

| Valor original | Data da ocorrência |
|----------------|--------------------|
| 30.187,20      | 7/11/2001          |
| 30.187,20      | 21/12/2001         |
| 15.093,60      | 4/4/2002           |

9.4. aplicar a Suleima Fraiha Pegado, Ítalo Cláudio Falesi, Domingos Anchieta de Paula Lopes, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural (Fadex) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA), a multa individual prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;

9.6. remeter cópia do acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Pará, para ajuizamento das ações civis e penais cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno.

## HISTÓRICO

2. Trata-se de tomada de contas especial (TCE) instaurada pela Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego (SPPE/MTE), contra Suleima Fraiha Pegado, ex-Secretária Executiva do Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará (Seteps/PA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA) e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural (Fadex), entidades executoras, Ítalo Cláudio Falesi, ex-presidente da Emater/PA, e Domingos Anchieta de Paula Lopes, diretor executivo da Fadex, em decorrência de irregularidades em convênio para execução de ações de educação profissional no âmbito do plano nacional de qualificação do trabalhador (Planfor).

2.1. A presente tomada de contas especial trata especificamente da análise das contas do Instrumento de Cooperação Técnica Interinstitucional/ICTI 23/1999 e seu 1º Termo aditivo firmado entre a Seteps/PA e a Emater/PA, com a interveniência da Fadex.

2.2. As irregularidades observadas na tomada de contas especial foram as seguintes (peça 3, p. 143):

a) autorização, ordenação e liberação de recursos, sem comprovação das exigências contratuais;

b) inexecução do objeto do ICTI, em decorrência da não comprovação, por meio de documentos físicos idôneos, de que os recursos liberados foram integralmente aplicados na execução das ações de educação profissional contratadas, sobretudo quanto ao recolhimento dos encargos e obrigações sociais.

2.3. O débito apurado pelo tomador de contas, após análise das defesas apresentadas pelos responsáveis naquela fase da TCE, correspondeu ao valor original de R\$ 75.468,00, referente à ausência de documentos probatórios da execução regular do instrumento de cooperação técnica interinstitucional (peça 3, p. 151).

2.4. No âmbito do TCU, os responsáveis foram citados em decorrência da seguinte irregularidade (peças 20-24):

impugnação total da execução do Instrumento de Cooperação Técnica Interinstitucional/ICTI 23/2001 e seu 1º Termo Aditivo, vinculados ao Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT 21/99, SIAFI 371068, referente às atividades inerentes à qualificação profissional, a qual caracteriza infração aos seguintes dispositivos: arts. 62 e 63, §2º, III, da Lei 4.320/1964; cláusula 4ª, do Instrumento de Cooperação Técnica Interinstitucional/ICTI 23/2001; cláusula 3a, item 3.2.2, do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT 021/99-SETEPS/PA, arts. 54 e 67 da Lei 8.666/1993; art. 38, inciso II, alínea “a”, da IN/STN 1/1997, e art. 66 do Dec. 93872/1986.

2.5. Após o regular desenvolvimento do processo foi proferido o acórdão contra o qual se insurgem os recorrentes.

### **EXAME DE ADMISSIBILIDADE**

3. Reiteram-se os exames preliminares de admissibilidade (peças 84-85 e 101-102), ratificados às peças 87 e 103 pelo Exmo. Ministro Benjamin Zymler, que concluiu pelo conhecimento dos recursos de reconsideração interpostos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/PA, pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural - Fadex e pela Sra. Suleima Fraiha Pegado contra o Acórdão 4580/2014 – TCU – Primeira Câmara, suspendendo os efeitos dos subitens 9.3 a 9.5, estendendo-se a todos os responsáveis condenados solidariamente.

3.1. Deve-se asseverar que a Emater e a Fadex, com fundamento na presença de *fumus boni iuris* e *periculum in mora*, requerem que seja concedido efeito suspensivo ao presente recurso (peça 77, p. 11 e peça 94, p. 11). Esclarece-se que o conhecimento do presente recurso interposto de forma tempestiva garante a atribuição dos efeitos devolutivo e suspensivo aos itens recorridos do acórdão condenatório, com fundamento nos arts. 33 da LO/TCU e 285 do RI/TCU.

### **EXAME TÉCNICO**

#### **4. Delimitação**

4.1. Constitui objeto dos presentes recursos de finir se:

a) houve ocorrência de prescrição;

- b) houve o cumprimento do objeto do contrato;
- c) procede a alegada necessidade de realização de diligência para aferir o cumprimento do Instrumento de Cooperação Técnica Interinstitucional 23/1999 Seteps;
- d) houve a ocorrência de *bis in idem* e se há necessidade de sobrestamento do presente feito;
- e) a gestão atual da Emater possui responsabilidade pelo ressarcimento do débito;
- f) é possível afastar o dano ao erário.

### **Suposta ocorrência da prescrição**

5. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/PA e Fadex alegam que o débito se encontra prescrito. Isso porque o débito é datado de 2001 e o prazo máximo para efetuar sua cobrança seria de 5 anos, nos termos do art. 206, § 5º da Lei 10.406/2002 (peça 77, p. 3 e peça 94, p. 4).

5.1. Ressaltam que a instauração da tomada de contas especial foi publicada em 31/1/2005 e somente em 2013 que as recorrentes foram notificadas, tendo transcorrido um prazo superior a 8 anos, e por consequência está caracterizada a prescrição, na modalidade intercorrente. Esclarece que a prescrição intercorrente ocorre quando a ação é promovida e por falta de manifestação por ambas as partes, o processo permanece paralisado por mais de 5 anos, sem haver nenhuma providência capaz de finalizar o litígio (peça 77, p. 5 e peça 94, p. 6).

5.2. Destacam que a prescrição intercorrente está prevista de forma expressa na Lei 9.873/1999, que estabelece o prazo de prescrição para o exercício da ação punitiva pela Administração Pública Federal (peça 77, p. 4 e peça 94, p. 6).

### **Análise**

5.3 Quanto ao débito, ressalta-se que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 2709/2008-Plenário, pacificou seu entendimento sobre a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário, conforme disposto no art. 37, § 5º, da Constituição Federal. Tal se coadunou com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) proferida no julgamento do Mandado de Segurança 26.210, publicado no Diário Oficial da União de 10/10/2008.

5.4. Relativamente às sanções previstas na Lei 8.443/1992, a prescrição da pretensão punitiva é matéria ainda não pacificada no Tribunal. Há teses favoráveis: a) à imprescritibilidade, até que sobrevenha lei específica, b) à prescrição baseada no Código Civil e c) à prescrição quinquenal prevista em várias normas de direito público.

5.5. O tema está em discussão no TC 007.822/2005-4, com votos divergentes já proferidos. Enquanto não for firmada uma orientação a respeito, considera-se apropriado examinar a matéria sob as três óticas.

5.6. Em se adotando a tese da imprescritibilidade enquanto não editada lei específica (conforme voto do Ministro Walton Alencar Rodrigues no TC 021.540/2010-1), é de se concluir que a multa em exame foi validamente aplicada, não sendo pertinente o exame dos prazos em que se deu o exercício do poder punitivo pelo TCU.

5.7. Por outro lado, caso se adote o regime prescricional previsto no Código Civil, segundo entendimento tradicional do TCU, observa-se que não seria possível aplicar a sanção, por ter esgotado o prazo prescricional.

5.8. Na contagem do prazo, deve-se atentar para o fato de que as irregularidades ocorreram em 2001 e 2002 (peça 58), sob a regência do Código Civil de 1916, cujo art. 177 previa prescrição

de vinte anos para a hipótese. Metade desse prazo estaria esgotado em 2011 e 2012. Portanto, em 11/1/2003 (início da vigência do novo Código Civil), *não havia transcorrido* mais da metade do prazo prescricional estabelecido pela lei revogada. Nesse caso, por força do art. 2.028 do Código Civil de 2002, aplica-se à hipótese o prazo de dez anos, previsto no art. 205 do novo código. Ademais, esse prazo será contado a partir de 11/1/2003, conforme reiterada jurisprudência (TCU: Acórdãos 1727/2003-1ª Câmara e 1930/2014-Plenário, entre outros; STJ: REsp 698.195 e 717.457, entre outros).

5.9. Assim sendo, considerando o termo inicial em 11/1/2003, a pretensão somente estaria prescrita em 11/1/2013. A aplicação da multa ocorreu após esse termo, apenas em 2014, com a prolação do Acórdão 4580/2014 – TCU – Primeira Câmara em 26/8/2014 (peça 58).

5.10. Deve-se analisar, neste caso, as causas interruptivas da prescrição. Verifica-se que a citação dos responsáveis ocorreu nas seguintes datas: a) Suleima Fraiha Pegado – Ofício 819/2013 (peça 20) e aviso de recebimento em 4/7/2013 (peça 28); b) Ítalo Cláudio Falesi – Ofício 814/2013 (peça 23) e aviso de recebimento em 8/7/2013 (peça 37); c) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/PA – Ofício 818/2013 (peça 21) e aviso de recebimento em 3/7/2013 (peça 26); d) Domingos Anchieta de Paula Lopes – Ofício 813/2013 (peça 22) e aviso de recebimento em 4/7/2013 (peça 27); e) Fadex – Ofício 817/2013 (peça 24) e aviso de recebimento em 3/7/2013 (peça 25). Dessa forma, verifica-se que as citações dos responsáveis ocorreram após o transcurso de mais de 10 anos da data da ocorrência da irregularidade, tendo operado a prescrição da pretensão punitiva.

5.11. Por fim, cumpre analisar a incidência da prescrição quinquenal. A matéria foi debatida em representação formulada pela Consultoria Jurídica deste Tribunal, apreciada pelo Acórdão 1314/2013-TCU-Plenário. Embora a representação não tenha sido conhecida, por falta de requisitos de admissibilidade, o Relator, Ministro Benjamin Zymler, deixou consignado no voto seu entendimento a respeito, assim sintetizado:

a) é de cinco anos o prazo prescricional para que o TCU aplique aos responsáveis as sanções previstas em sua Lei Orgânica, por semelhança ao que dispõem diversas normas de direito público;

b) o termo inicial para a contagem do prazo deve ser a data em que os fatos tidos como irregulares tornaram-se conhecidos por este Tribunal, por analogia à Lei 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa);

c) a contagem do prazo interrompe-se com a citação ou audiência válidas, nos termos do art. 219 do CPC.

5.12. Adotando-se essa orientação, observa-se que a prescrição quinquenal não se operou no caso em exame. Como os fatos tidos por irregulares somente foram conhecidos pelo Tribunal em 6/3/2012 (peça 1, p. 1), com a autuação do presente processo, a prescrição ocorreria em 6/3/2012+5, sem considerar as causas interruptivas da prescrição. A sanção, como dito, foi aplicada em 26/8/2014 (peça 58), antes desse termo.

5.13. Do exposto, alinha-se à corrente que defende a prescrição baseada no Código Civil e, portanto, entende-se estar prescrita a pretensão punitiva.

### **Cumprimento do objeto do contrato**

6. A Emater/PA e a Fadex, em síntese, alegam que o cumprimento do contrato se comprova pelo próprio repasse dos recursos que somente ocorria quando a coordenadora do programa atestasse o cumprimento da respectiva fase do projeto de execução apresentado e parte integrante do convênio (peça 77, p. 6 e peça 94, p. 7).

6.1. Diz que a análise perpassava não apenas pela prestação de contas sob a ótica financeira, mas, principalmente sobre a comprovação da execução das metas físicas (peça 77, p. 6).

6.2. Junta na presente oportunidade documentação comprobatória da realização dos cursos.

### Análise

6.3. Inicialmente incumbe ressaltar que a comprovação da execução do objeto do contrato não se faz pelo repasse dos recursos. Tal deve ser comprovado por meio dos documentos idôneos, consistentes e suficientes a fim de evidenciar que os recursos liberados foram integralmente aplicados no objeto do contrato.

6.4. O Ministro Relator Walton Alencar Rodrigues teceu as seguintes considerações sobre o contexto das ações contempladas no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor (Acórdão 1310/2014 – TCU – Plenário):

Na linha de precedentes desta Corte que analisaram o contexto do planejamento das ações contempladas no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, em 1999, restou evidenciada a ausência de termos de referência elaborados pelo órgão setorial da União que orientassem os convenientes quanto à forma adequada de seleção e contratação de executores, fiscalização e supervisão das ações de qualificação profissional.

Em razão das lacunas de elementos estruturantes do programa de governo federal, sem descurar da importância que a lei atribui aos procedimentos administrativos destinados à seleção e contratação dos executores, bem como o acompanhamento das avenças, tais falhas acabam por serem absorvidas pelo fato ilícito que considero mais grave: a não comprovação da efetiva realização das ações de qualificação do trabalhador.

6.5. Destaca-se abaixo trechos do voto do Acórdão 3541/2014 – 2ª Câmara no qual o Ministro Relator José Jorge relatou a sistemática de atuação do TCU na análise dos processos relativos ao Planfor:

2. O contrato em exame é mais um dos contratos decorrentes do Convênio MTE/SEFOR/CODEFAT 21/1999, celebrado com a então Secretaria Executiva do Trabalho e Promoção Social - Seteps/PA, tendo como objeto a cooperação técnica e financeira para a execução das atividades inerentes à qualificação profissional.

3. As falhas identificadas neste processo também foram observadas em outros contratos firmados pela Seteps/PA e já apreciados por esta Corte. O Tribunal vem se posicionando caso a caso, sempre examinando se os documentos apresentados são aptos a comprovar o cumprimento do objeto pactuado. Transcrevo, a seguir, excerto do Voto condutor do Acórdão 1801/2012 - 2ª Câmara, de minha autoria, onde detalho o assunto:

"7. Como bem assinala o MP/TCU, por diversas vezes o TCU se debruçou sobre o tema, e o seguinte excerto do Voto condutor do Acórdão nº 2204/2009-Plenário bem traduz o entendimento desta Corte de Contas acerca da aplicação dos recursos do PLANFOR à época dos fatos tratados nos presentes autos:

"Releva contudo destacar algumas peculiaridades do Planfor. Esse programa tem funcionado de forma precária em praticamente todo o país, o que tem levado este Tribunal a realizar seguidas Auditorias no Ministério do Trabalho e Emprego. Essas fiscalizações têm comprovado a existência de vários problemas operacionais, dentre os quais se destacam o fato de o Ministério não ter definido as diretrizes dos cursos a serem ministrados, não ter fiscalizado a aplicação dos recursos transferidos e ter tolerado a dispensa generalizada de licitação. **Esse conjunto de falhas operacionais, cometidas por todos os níveis envolvidos no Planfor, compõe um contexto que não pode ser olvidado quando da definição do grau de responsabilidade dos gestores da Seter/DF, de forma a atenuar a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos**, tal qual exposto no voto condutor do Acórdão 1794/2003-Plenário.

Destaco ainda que das 42 tomadas de contas especiais instauradas em relação aos recursos do Planfor/DF-1999, 40 já foram apreciadas por esta Corte, sendo que em 19 constatou-se o não cumprimento parcial ou integral do objeto pactuado, de forma que foram os responsáveis condenados em débito solidariamente com as entidades contratadas.

Por outro lado, nas demais TCE"s, embora não justificadas outras irregularidades, considerou-se que foram apresentados elementos minimamente aptos a comprovar a execução do objeto, de forma que as contas dos responsáveis ou foram julgadas regulares com ressalva (18 processos) ou irregulares sem débito e com aplicação de sanção (3 processos).

**Esses dados estão a demonstrar que esta Corte vem pautando suas decisões de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto, sem generalizações e sempre buscando verificar se foram atingidos os objetivos de cada contratação. Adotou-se assim um controle de cunho essencialmente finalístico de forma a serem consideradas amenizadas as diversas falhas verificadas nos procedimentos de execução da despesa pública.**

Essa linha de proceder, destaco, é extremamente benéfica aos gestores e entidades contratadas, pois, levando em conta a precariedade do programa como um todo, acata-se, sem descuidar do interesse público, com menos rigor os comprovantes de despesas." (grifos acrescidos)

6.6. Ainda no tocante ao exame desses processos, o Acórdão 5768/2014 – TCU – 2ª Câmara salienta algumas diretrizes a serem observadas na análise da documentação apresentada:

Para a comprovação da execução dos cursos profissionalizante, no âmbito do Planfor, este tribunal tem considerado aptos documentos que possuem **elementos probatórios fundamentais, a exemplo da contratação de instrutores, fichas de matrícula dos treinandos, instalações físicas, certificados de conclusão do curso, listas de frequência, diários de classe, comprovante de entrega de material aos alunos, relatórios de execução técnica de turma, etc.** (grifos acrescidos).

6.7. Na mesma linha de entendimento, o Ministro-Relator Walton Alencar Rodrigues destacou os três elementos fundamentais probantes da realização de qualquer treinamento: instrutores, treinandos e instalações físicas (Acórdão 1310/2014 – TCU – Plenário).

6.8. Balizando-se pelos elementos acima destacados passa-se a analisar o caso concreto e a documentação colacionada.

6.9. No Relatório conclusivo da comissão de tomada de contas especial consta a informação de que houve a Emater e a Fadex não enviaram os comprovantes físicos solicitados (peça 3, p. 113).

6.10. No que toca aos comprovantes financeiros ressaltou-se que (peça 3, p. 113):

25. A EMATER/FADEX foi notificada, também, a apresentar todos os documentos financeiros inerentes a sua participação no PEP/2001.

26. Enviou, inicialmente, vários comprovantes, mas não todos.

27. Elaborado o Relatório Preliminar outra oportunidade foi concedida aos responsáveis para apresentação dos documentos financeiros faltantes.

28. A entidade tornou a enviar documentos inéditos, comprovando, a contento, as metas financeiras pactuadas.

6.11. Mais à frente concluiu-se que (peça 113, p. 125):

30. De se ressaltar que **nenhum comprovante de execução das metas físicas foi enviado**. E somente com a comprovação das duas metas (físicas e financeiras) poder-se-ia considerar cumprido o ICTI, fato incorrido.

31. **Daí porque, alternativa não resta à CTC senão glosar 100% das metas físicas pactuadas.** (grifos acrescidos)

6.12. Dessa forma, se observa que a glosa do débito decorreu da falta de comprovação das metas físicas do ajuste.

6.13. Perante o TCU, o débito decorreu da impugnação parcial da execução do Instrumento de Cooperação Técnica Interinstitucional/ICTI 23/2001 e seu 1º termo aditivo, no mesmo valor apurado pela Comissão de Tomada de Contas Especial.

6.14. Verificar-se-á se a documentação acostada pela Emater e pela Fadex é suficiente para demonstrar a realização das metas físicas relativas às ações de qualificação profissional. Tais documentos se referem ao seguinte:

a) Relatório de execução do curso organização social realizado no exercício de 2000 (peça 77, p. 28-31) e fichas de avaliação de curso (peça 77, p. 48-65);

b) Relatório de execução técnica de turma do curso processamento de café realizado no ano de 2000 (peça 77, p. 32-35) e listagem de alunos e frequência (peça 77, p. 36-37);

c) Relatório de execução técnica do curso capacitação rural realizado no ano de 2000 (peça 77, p. 38-41, p. 44-47) e listagem de alunos e frequência (peça 77, p. 42-43);

d) Fichas de cadastramento de candidatos para qualificação (peça 77, p. 66-69);

e) Mapa das ações de qualificação do Convênio 2/2000 no período de 1/2000 a 12/2000 (peça 77, p. 70-71, p. 84-85 peça 97, p. 200-201) e mapa das ações de qualificação consolidado do Convênio 2/2000 do período de 1/2000 a 3/2001 (peça 77, p. 72-81);

f) Relação de resultados e contratos dos cursos realizados de 1/1/2000 a 31/3/2001 (peça 77, p. 82-83 e peça 97, p. 198-199);

g) Documentos relativos ao plano de educação profissional – programa agroindústria familiar – ano 2000, cuja meta era a realização de 2 cursos de agroindústria, com 40 treinandos em 2 turmas, sendo uma em Santarém e outra em Castanhal, num total de R\$ 26.009,00.

g.1) Anexo I do projeto de Educação Profissional (peça 77, p. 88-89 e p. 143-144, peça 95, p. 3-4; peça 96, p. 403-404);

g.2) Plano de Curso (peça 77, p. 91-115 e p. 146-170; peça 95, p. 5-30; peça 96, p. 405-430);

g.3) Memória de cálculo (peça 77, p. 116-117 e p. 171-172; peça 95, p. 31-32; peça 96, p. 431-432);

g.4) Plano de aplicação dos recursos (peça 77, p. 119 e p. 174; peça 95, p. 34; peça 96, p. 434);

g.5) Equipe técnica (peça 77, p. 120 e p. 175; peça 95, p. 35; peça 96, p. 435-);

g.6) Quadro de metas físico financeiras (peça 77, p. 118 e p. 173; peça 95, p. 33; peça 96, p. 433);

g.7) Relatório de execução técnica de turma (peça 77, p. 121-124);

g.8) Formulário de avaliação dos cursos (peça 77, p. 125-138).

h) Documentos relativos ao Plano de Educação Profissional – Programa de qualificação – ano 2000 cujas metas era a realização de 31 cursos, com 2440 treinandos e 122 turmas, em 57 municípios, num valor total de R\$ 305.060,00.

- h.1) Anexo I do projeto de educação profissional (peça 77, p. 177-178 e p. 259-260; peça 96, p. 238-239; p. 320-321);
- h.2) Plano de curso (peça 77, p. 179-246, p. 261-324 e peça 78, p. 1-4; peça 96, p. 240-307; p. 322-389);
- h.3) Memória de Cálculo (peça 77, p. 247-248 e peça 78, p. 5-6; peça 96, p. 308-309; p. 390-391);
- h.4) Quadro de metas físico financeiras (peça 77, p. 249-252 e peça 78, p. 7-10; peça 96, p. 310-313, p. 392-395);
- h.5) Plano de aplicação dos recursos (peça 77, p. 253; peça 78, p. 11; peça 96, p. 314; p. 396);
- h.6) Equipe técnica do órgão/entidade (peça 77, p. 254/257; peça 78, p. 12-15; peça 96, p. 315-318; p. 397-400);
- i) Documentos relativos ao Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – ano 2001 cuja meta era a realização de 63 cursos, com 3520 treinandos, 176 turmas e valor de R\$ 493.319,00.
- i.1) Anexo II do projeto de qualificação do trabalhador (peça 95, p. 37-38);
- i.2) Plano de curso (peça 95, p. 39-156);
- i.3) Memória de cálculo dos cursos (peça 95, p. 157-206 e p. 234-236);
- i.4) Quadro de metas físico-financeiras (peça 95, p. 207-226);
- i.5) Equipe técnica/instrutores (peça 95, p. 227-233);
- i.6) Fichas de avaliação de treinandos (peça 77, p. 214-392 e peça 78, p. 1-271);
- j) Fichas de avaliação relativas ao curso aplicação de Defensivos Agrícolas, período de 27/11 a 1/12/2000 (peça 78, p. 101-120; peça 97, p. 312-331);
- k) Fichas de Avaliação relativas ao PEQ 2000 – 18 cursos – 8 municípios (peça 78, p. 121-324 e peça 79, p. 1-204; peça 97, p. 332-352);
- l) Fichas de aplicação de defensivos agrícolas realizado em São Francisco do Moju (peça 79, p. 209-220);
- m) Perfil Clientela por executora – turmas realizadas de 1/2000 a 3/2001 (peça 79, p. 221; peça 97, p. 186-197, p. 268)
- n) Listagem de alunos, relação de candidatos para qualificação e relação de treinandos PEP 2000 (peça 79, p. 222-238; peça 97, p. 269-285);
- o) Relação de certificados entregues no curso de agroindústria: período de 27 a 28/4/2000 (peça 79, p. 239; peça 97, p. 286);
- p) Listagem de alunos e frequência – PEP 1999 – cursos realizados em 2000 (peça 79, p. 240-257; peça 97, p. 287-304);
- q) Listagem de alunos – cursos realizados em 1999 (peça 79, p. 258-264; peça 97, p. 305-311);
- r) Relação de pagamentos relativos ao Convênio 38/2000, no valor total de 43.430,00(peça 79, p. 268-273; peça 95, p. 240-245);
- s) Documentos relativos ao Instrumento de cooperação técnica interinstitucional 34/2000 (peça 79, p. 279-324; peça 95, p. 250-356);

- t) Documentos relativos ao ICTI 38/2000 (peça 95, p. 357-417);
- u) Regulamento geral da entidade (peça 78, p. 16-82; peça 96, p. 436-450 e peça 97, p. 1-51);
- v) Estatuto da entidade (peça 78, p. 83-100).
- x) Fichas de avaliação do curso PPOAV/Frutas (peça 95, p. 418-450 e peça 96, p. 1-236);
- z) Fichas de avaliação do curso PPOAV/Frutas de 3 a 7/1/2001 (peça 97, p. 52-85);
- a.1) Fichas de avaliação do curso PPOAV/Café (peça 97, p. 90-141);
- b.1) Plano do curso agroindústria do café a ser realizado no período de 8 e 9/6/2000 (peça 97, 142-143)
- b.1.1) relatório de execução técnica de turma (peça 97, p. 144-151, p. 154-157, p. 160-163);
- b.1.2) listagem de alunos e frequência (peça 97, p. 152-153, p. 158-159);
- b.1.3) formulários de avaliação de curso (peça 97, p. 164-181);
- b.1.4) cadastramento de candidatos para qualificação (peça 97, p. 182-185)
- c.1) Fichas de avaliação do curso PPOAV/Frutas no município de Belterra (peça 97, p. 202-225)
- d.1) Fichas de avaliação do curso PPOAV/Derivados, Cereais e Tubérculos no município de Griximiná (peça 97, p. 226-266).
- e.1) Fotografias: peça 97, p. 353-360

6.15. A Fadex agrega aos autos documentos relativos à comprovação de metas financeiras (peça 100, p. 2-357), quais sejam: relação de pagamentos, notas fiscais, demonstrativos financeiros, recibos, guias de recolhimento do INSS, relatórios de viagem.

6.16. O Instrumento de Cooperação Técnica Interinstitucional 23/2001 previa a execução de cursos, com os seguintes quantitativos, de acordo com o quadro de metas físico financeiras (peça 1, p. 208):

| Nº de cursos | Nº de turmas | Treinandos | Custo total (R\$) |
|--------------|--------------|------------|-------------------|
| 9            | 9            | 180        | 75.468,00         |

6.17. O seu primeiro aditivo previu a realização dos seguintes quantitativos (peça 1, p. 362 e 364):

| Nº de cursos | Nº de turmas | Treinandos | Custo total (R\$)            |
|--------------|--------------|------------|------------------------------|
| 5            | 5            | 100        | 15.093,60 (saldo financeiro) |

6.18. O curso realizado em vários municípios foi o de “Farmácia Viva” (peça 1, p. 206).

6.19. Conforme já mencionado, a presente análise tem como foco a observância do cumprimento das metas físicas relativas ao presente ajuste, tendo-se em vista que se parte do pressuposto de que houve a comprovação das metas financeiras, de acordo com o destacado no relatório da comissão de tomada de contas especial. Dessa forma, torna-se despicienda a análise da documentação agregada pela Fadex à peça 100.

6.20. No que toca à documentação colacionada, se observa que não guarda correlação com o ICTI 23/2001 e seu 1º termo aditivo. Tais documentos se referem a outros ajustes cujas datas, cursos e seus quantitativos, número de turmas, treinandos e valor são diversos do contrato que ora se analisa. Dessa forma, a documentação não se presta a evidenciar o cumprimento da totalidade das ações de qualificação constantes do ICTI 23/2001.

6.21. Não há, portanto, elementos nos autos que comprovem os três elementos fundamentais probantes da realização de qualquer treinamento: instrutores, treinandos e instalações físicas.

### **Alegada necessidade de realização de diligência**

7. A Emater/PA e a Fadex aduzem que o TCU não ponderou corretamente as provas e circunstâncias constantes nos autos (peça 77, p. 7 e peça 94, p. 8).

7.1. Alegam ser imprescindível a realização de diligência por parte do TCU com o intuito de buscar a verdade real (peça 77, p. 7 e peça 94, p. 8).

7.2. Requerem, caso não haja o acatamento das razões apresentadas no recurso quanto ao cumprimento do objeto, que o feito seja convertido em diligência, a fim de averiguar-se a veracidade da documentação anexa ao presente recurso, bem como seja realizada entrevista junto aos capacitados do contrato em análise para confirmar a realização dos cursos pactuados e a expedição de diplomas e certificados (peça 77, p. 7 e peça 94, p. 8).

### **Análise**

7.3. Os argumentos não devem ser acatados.

7.4. A jurisprudência desta Corte de Contas há muito consolidou o entendimento de que constitui ônus do gestor a produção das evidências necessárias para comprovar o adequado uso dos recursos públicos, consoante disposições contidas no artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal, e no art. 93 do Decreto-lei 200/1967, não cabendo a este Tribunal, portanto, realizar diligência para a obtenção das provas (acórdãos 1599/2007-Plenário, 611/2007-1ª Câmara e 1098/2008-2ª Câmara).

7.5. Nessa linha de entendimento, também não cabe ao TCU realizar entrevista a fim de comprovar a realização dos cursos. Inclusive em relação a tais provas, a jurisprudência pacífica do TCU é de que essas declarações possuem baixa força probatória. Provam tão somente a existência da declaração, mas não o fato declarado, competindo ao interessado demonstrar a veracidade do alegado, principalmente quando não apresentados os documentos capazes de estabelecer nexo de causalidade entre o desembolso dos recursos recebidos e os dispêndios realizados (acórdãos 153/2007-Plenário, 1293/2008-2ª Câmara e 132/2006-1ª Câmara).

7.6. Como mencionado no relatório que precedeu o voto condutor do Acórdão 2257/2007-TCU-1ª Câmara, “*o indeferimento de realização de nova inspeção não fere os princípios do contraditório e da ampla defesa*”, pois ao recorrente, quando da citação, foi dada oportunidade de comprovar a correta aplicação dos recursos.

7.7. Desse modo, não há como acolher o pleito do recorrente.

### **Suposta ocorrência de *bis in idem* e necessidade de sobrestamento do presente feito (peça 77, p. 7 e p. 11)**

8. A Emater/PA e a Fadex dizem que existe processo judicial (processo – 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belém 2009.39.00012299-0 e nova numeração 0032146-54.2009.4.01.3900) discutindo e cobrando idêntica restituição do valor contido no presente processo e não incluiu a Fadex no polo passivo.

8.1. Aduzem que se for mantido o procedimento administrativo haverá dupla penalização do recorrente. Invoca o princípio do *non bis in idem*.

8.2. A entidade também defende a necessidade de sobrestamento do presente feito em decorrência do Recurso Extraordinário 669.069, que trata da matéria relativa à imprescritibilidade das ações de improbidade administrativa.

8.3. Requerem, por fim, o arquivamento do presente processo.

### Análise

8.4. As recorrentes alegam que o julgamento no âmbito judicial constituiria fato impeditivo para a atuação desta Corte de Contas.

8.5. No ordenamento jurídico brasileiro vigora o princípio da independência das instâncias, em razão do qual podem ocorrer condenações simultâneas nas diferentes esferas – cível, criminal e administrativa. O artigo 935 do Código Civil prescreve que a “*responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal*”. Esse dispositivo precisa ser conjugado com o artigo 66 do Código de Processo Penal, o qual estabelece que “*não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato*”.

8.6. Interpretando os dois dispositivos conjuntamente, temos que a sentença penal impedirá a propositura ou continuidade de ação nos âmbitos civil e, por extensão, administrativo, apenas se houver sentença penal absolutória negando categoricamente a existência do fato ou afirmando que não foi o réu quem cometeu o delito. Esse entendimento é pacífico no Supremo Tribunal Federal, conforme fica claro nos Mandados de Segurança 21.948-RJ, 21.708-DF e 23.625-DF. Nesse último, por exemplo, o STF decidiu que a sentença proferida em processo penal é incapaz de gerar direito líquido e certo de impedir o TCU de proceder à tomada de contas, mas poderá servir de prova em processos administrativos se concluir pela não-ocorrência material do fato ou pela negativa de autoria.

8.7. O voto condutor do Acórdão 2/2003-TCU-2ª Câmara demonstra a posição pacífica deste Tribunal sobre o tema, quando assim dispôs:

O TCU tem jurisdição própria e privativa sobre as pessoas e matérias sujeitas a sua competência, de modo que a proposição de qualquer ação no âmbito do Poder Judiciário não obsta que esta Corte cumpra sua missão constitucional. De fato, por força de mandamento constitucional (CF, art. 71, inc. II), compete a este Tribunal julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração federal direta e indireta, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário. E, para o exercício dessa atribuição específica, o TCU é instância independente, não sendo cabível, portanto, tal como pretende o interessado, que se aguarde manifestação do Poder Judiciário no tocante à matéria em discussão.

8.8. Quanto ao processo mencionado (processo 2009.39.00012299-0 – 2ª Vara Federal da Seção Judiciária de Belém – peça 77, p. 18-26), em consulta ao *site* da Justiça Federal – Seção Judiciária do Pará - verifica-se que há sentença datada de 23/9/2014.

8.9. Do documento extrai-se que o processo tratou de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal por ato de improbidade administrativa contra Suleima Fraiha Pegado, Leila Nazaré Gonzaga Machado, Ana Catarina Peixoto de Brito, Empresa de Assistência Técnica e extensão rural do estado do Pará – Emater e Ítalo Cláudio Falesi.

8.10. Tal objetivava a condenação dos requeridos nas penas do art. 12 da Lei 8.429/1992 e o ressarcimento integral dos danos causados ao erário, em decorrência das irregularidades encontradas na aplicação dos recursos do Convênio MTE/Sefor/Codefat 21/1999 - Seteps, firmado entre a União, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego e o Estado do Pará para a execução de atividades no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - PLANFOR, no quadriênio de 1999 a 2002, **mais especificamente em relação ao Contrato 23/1999 - Seteps/PA.**

8.11. Além de não se referir ao contrato ora analisado, houve a extinção do feito sem a resolução do mérito em decorrência da ilegitimidade passiva e da inadequação da via eleita. Assim, não há como utilizar o julgado como elemento de convicção para o presente processo.

8.12. O Recurso Extraordinário 669.069 trata de objeto diverso do ora analisado, conforme afirmado pela recorrente, e se refere às ações de ressarcimento ao Erário, não constituindo óbice para o prosseguimento do presente processo.

8.13. Por todo o exposto, não se verifica a ocorrência de *bis in idem* e a necessidade de sobrestamento do presente feito não devendo ser acolhidos os argumentos apresentados.

**Ausência de responsabilidade da gestão atual da Emater/PA, bem como da empresa contratada em relação ao débito (peça 77, p. 8-10)**

9. A Emater/PA e a Fadex dizem que a gestão atual não possui responsabilidade pelas irregularidades (peça 94, p. 10). Defendem que a responsabilidade pelo débito não deve ser imputada à empresa, mas sim aos agentes causadores do dano (peça 94, p. 12). Destaca que a lei de improbidade administrativa aponta que as entidades da administração pública indireta são consideradas sujeitos passivos do ato de improbidade (art. 1º), pois é a parte mais afetada no caso de haver ato de improbidade administrativa (peça 94, p. 10). Assim, a entidade não poderia assumir simultaneamente a condição de sujeito ativo da conduta.

**Análise**

9.1. De fato, como afirmam as recorrentes, a responsabilidade solidária pelo débito apurado na presente TCE não recai sobre a gestão atual da entidade, mas sim sobre a Emater/PA.

9.2. A responsabilidade da Emater e da Fadex está devidamente comprovada, pois estas concorreram para o cometimento do dano apurado nesta TCE, embora não tenham atuado como gestores de recursos públicos. O ICTI 23/2001 foi celebrado entre a Seteps e a Emater com interveniência da Fadex (peça 1, p. 170).

9.3. Quanto aos gestores à época das irregularidades, deve-se salientar que houve também a responsabilização dos Srs. Ítalo Cláudio Falesi, presidente da Emater/PA e Domingos Anchieta de Paula Lopes, Diretor executivo da Fadex.

9.4. Assim, não há que se falar em responsabilidade da gestão atual da Emater/PA pelo ressarcimento do débito.

**Dano ao Erário**

10. Suleima Fraiha Pegado defende não ter ocorrido dano ao erário, com base nos seguintes argumentos (peça 68):

a) não houve a comprovação de indícios de irregularidade da aplicação dos recursos, ausência de prestação de contas, má-fé em seus atos e locupletamento;

b) as despesas foram regularmente realizadas e a prestação de contas apresentada ao repassador dos recursos;

c) não foi possível o acesso à documentação comprobatória das despesas devido ao advento de nova gestão;

d) o Acórdão 2204/2009 – TCU – Plenário destaca os problemas operacionais do Planfor e atenua a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos;

e) houve o julgamento pela regularidade com ressalva de suas contas quanto a execução de convênios no âmbito do Planfor pelos Acórdãos 2713/2012 – TCU – Segunda Câmara, 1972/2014 – Primeira Câmara, 1801/2012 – TCU – Segunda Câmara, 369/2014 – TCU – Segunda Câmara e 1437/2014 – TCU – Segunda Câmara, sendo, a seu ver, atenuante o fato de outros contratos terem sido regularmente executados, pois sua conduta se manteve a mesma nos demais ajustes.

10.1. Deve-se destacar, por fim, que a recorrente pleiteia notificação pessoal ou por meio de seus procuradores, a fim de que possa, na sustentação oral, oferecer documentos necessários, os quais continuariam na busca.

### **Análise**

10.2. Esclareça-se, primeiramente, que a recorrente foi condenada em débito e em multa, em primeira instância administrativa, por ter concorrido para o cometimento de dano

10.3. A recorrente alega que, por diferenças e rivalidades políticas, não está sendo possível obter a documentação comprobatória da aplicação dos recursos públicos federais sob sua responsabilidade.

10.4. Tal argumento não deve ser aceito, pois a responsabilidade pela comprovação de recursos repassados pela União, por meio de instrumento de repasses de recursos federais e afins, é pessoal do gestor, conforme pacífica e assentada jurisprudência desta Corte.

10.5. Ressalte-se, ainda, que as dificuldades na obtenção dos documentos, derivadas de ordem política ou de eventual cerceamento de defesa, se não resolvidas com a administração local, devem, por meio de ação apropriada ao caso, ser levadas ao conhecimento do Poder Judiciário. É nesse sentido a jurisprudência desta Corte, como se observa nos Acórdãos 21/2002-1ª Câmara, 115/2007-2ª Câmara e 1.322/2007–Plenário.

10.6. Portanto, em realidade, cabia à Sra Suleima, independentemente de disputas políticas, comprovar de forma objetiva, por meio dos documentos pertinentes, que o valor repassado foi devidamente empregado na execução do objeto pretendido, o que efetivamente não foi feito.

10.7. Conforme se observa dos autos e da documentação ora apresentada pela Emater/PA não guarda correlação com ICTI 23/1999 e, dessa forma, não se presta a comprovar a realização das ações de qualificação.

10.8. As alegações de inexistência de má-fé e de locupletamento não socorrem à recorrente, pois tais elementos não fundamentaram a imputação do débito e da multa.

10.9. A Sra. Suleima Fraiha Pegado, na condição de Secretária Executiva do Trabalho e Promoção social foi a signatária do ICTI 23/2001 (peça 1, p. 204) e do seu primeiro aditivo (peça 1, p. 362). Esta deixou de exigir da contratada a comprovação de que os recursos foram efetivamente e integralmente utilizados na realização das ações pactuadas.

10.10. Nessa linha, o fundamento da condenação em débito da recorrente decorreu da ausência de comprovação escoreita dos gastos realizados, com o conseqüente prejuízo ao erário. Por sua

vez, a aplicação de multa decorreu deste julgamento em débito, cujo respaldo jurídico se encontra no art. 57 da Lei 8.443/1992.

10.11. Por fim, cabe ressaltar que, neste momento, nos autos do recurso de reconsideração, é assegurada aos responsáveis a plenitude do direito de produzir todas as provas que entenderem cabíveis, bem como a oportunidade de colaborar para o esclarecimento dos fatos.

10.12. Entretanto, a simples interposição de recurso, desacompanhado de documentos que comprovem a execução do objeto do ajuste, não a socorre para afastar o débito e a multa, ante a obrigação constitucional de comprovar a execução do referido ajuste.

10.13. No que toca ao Acórdão 2204/2009 – TCU – Plenário, entende-se que tal julgado não vincula o presente.

10.14. Primeiramente, deve-se destacar que a jurisprudência é livre para evoluir de acordo com a mudança de entendimento. Nenhum julgador está vinculado a entendimento proferido por outro julgador, desde que devidamente fundamentado o seu encaminhamento, o que ocorreu no presente caso.

10.15. Ademais no Acórdão 2204/2009 – TCU – Plenário verificou-se a realização dos cursos, diferentemente da situação observada no presente processo:

Analisando-se os documentos relativos à execução dos cursos (Fichas de Controle de Presença e Entrega de Vale Transporte e listas de presença), foi verificado que foram ministrados cursos a 3312 alunos, sendo esse número superior ao pactuado. Em relação à carga horária total de cursos ministrados, após condescendente análise dos documentos apresentados, verificou-se que foram ministradas 9.065 horas-aula, sendo que o previsto era 10.370.

Entretanto, como o número de treinandos foi atingido e como as diversas ocorrências possíveis de acontecer na realização de um treinamento de tal magnitude podem justificar, por exemplo, a aglutinação de turmas, entendo, na linha dos pareceres precedentes, que essa diferença no número de horas-aula ministradas não possui maior relevância.

Assim restou permitida a conclusão de que o objeto pactuado foi executado, não havendo pois que se falar na imputação de débito aos responsáveis.

10.16. Por fim, ressalve-se que julgamentos pela regularidade com ressalva de suas contas em relação à execução de outros ajustes não são garantia da boa e regular aplicação dos recursos em todo e qualquer convênio que tenha gerido recursos públicos, o que deve restar demonstrado em cada caso concreto

10.17. Quanto ao pleito da realização de notificação pessoal ou por meio de seus procuradores, a fim de que possa na sustentação oral oferecer documentos necessários, deve-se esclarecer que a ausência da intimação pessoal da data em que será julgado o processo não ofende qualquer princípio constitucional ligado à defesa.

10.18. A publicação da pauta de julgamentos no Diário Oficial da União é suficiente para conferir publicidade ao ato processual e permitir a participação de todos na sessão de julgamento. Tal entendimento encontra amparo em deliberação do Plenário do Supremo Tribunal Federal, proferida em sede de Agravo Regimental em Mandado de Segurança (MS-AgR 26.732/DF, Relatora Ministra Carmen Lúcia), conforme excerto a seguir transcrito:

**EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. JULGAMENTO DE RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO. INTIMAÇÃO PESSOAL DA DATA DA SESSÃO. DESNECESSIDADE. 1. Não se faz necessária a notificação prévia e pessoal da data em que será realizada a sessão de julgamento de recurso de reconsideração pelo Tribunal de Contas da União. Ausência de ofensa aos princípios da ampla defesa e do devido processo legal quando a pauta**

de julgamentos é publicada no Diário Oficial da União. 2. O pedido de sustentação oral pode ser feito, conforme autoriza o art. 168 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, até quatro horas antes da sessão. Para tanto, é necessário que os interessados no julgamento acompanhem o andamento do processo e as publicações feitas no Diário Oficial da União. 3. Agravo regimental ao qual se nega provimento. (grifos acrescidos)

10.19. Desta forma, o pleito da recorrente não pode ser acolhido.

## CONCLUSÃO

11. De forma preliminar, se observa no presente processo a prescrição da pretensão punitiva com fundamento na prescrição baseada no Código Civil, devendo ser dado provimento aos recursos da Emater/PA e da Fadex quanto a este ponto. Por se tratar de matéria de ordem pública, foi feita a análise em relação aos demais responsáveis tendo sido também verificada a prescrição da pretensão punitiva.

11.1. Quanto ao mérito, a principal irregularidade verificada no presente processo se referiu à não comprovação da execução das ações de educação profissional contratadas.

11.2. A documentação colacionada pela Emater/PA e pela Fadex não se referiu ao ajuste em exame, dessa forma não serviu para evidenciar as ações de qualificação profissional. Ademais, a Sra. Suleima Fraiha Pegado não agregou argumentos e nem documentos a fim de afastar o dano ao Erário verificado.

11.3. Os elementos constantes dos autos foram suficientes para a glosa do débito, não havendo que se falar em realização de diligência para comprovar a realização dos cursos. Ademais, a reponsabilidade da gestora do contrato (Suleima Fraiha Pegado), bem como das empresas contratadas para a realização dos cursos (Emater/PA com interveniência da Fadex), pois todos contribuíram para o dano ao Erário verificado.

11.4. Por fim, não foi verificada a ocorrência de *bis in idem* e necessidade de sobrestamento do presente feito.

## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

12. Ante o exposto, submete-se à consideração superior a presente análise dos recursos de reconsideração interpostos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater/PA, Suleima Fraiha Pegado e Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Extensão Rural - Fadex contra o Acórdão 4580/2014 – TCU – Primeira Câmara, propondo-se, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do RI/TCU:

I - conhecer dos recursos e, no mérito, dar-lhes provimento parcial a fim de excluir a multa objeto do subitem 9.4 do Acórdão 4580/2014 – TCU – Primeira Câmara;

II - dar ciência da deliberação que vier a ser adotada aos recorrentes, aos demais interessados e à Procuradoria da República no Estado do Pará.

TCU/Secretaria de Recursos/3ª Diretoria, em 7 de julho de 2015.

(assinado eletronicamente)

**Andréa Rabelo de Castro**

**Auditora Federal de Controle Externo**

**Matrícula 5655-3**